ATA DA 3ª. REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DESIGNADO PARA A ELABORAÇÃO DO I PLANO DISTRITAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de 2014, às quatorze horas e trinta minutos, na sala T1 do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, nesta cidade, foi iniciada a terceira reunião do Grupo de Trabalho designado pelo Decreto nº. 34.925, de 4 de dezembro de 2013, para a elaboração da proposta do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (I PDPM). A reunião foi aberta pela suplente da Secretaria de Estado da Mulher, Sandra Di Croce Patricio, com a presença das seguintes integrantes titulares e suplentes do GT, indicadas conforme a Portaria nº. 09, de 03 de fevereiro de 2014: Ana Liési Thurler, titular do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal (CDM-DF); Adriano Bueno Tavares, titular da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Siênia Vaz da Costa, suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Transferência de Renda (SEDEST); Thais Romanelli Leite, titular da Secretaria de Estado da Criança (Secriança); Ana Paula Severino, suplente da Secretaria de Estado da Criança (Secriança); e Elisabete Maria Rocha de Morais, titular da Secretaria de Segurança Pública (SSP). Da parte da SEM-DF, também compareceram à reunião Valesca Leão, secretária adjunta; Silvânia Gomes Temóteo, subsecretária de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; Mateus Dounis Vinchon Guimarães, assessor especial; Carolina Ferreira Sales, assessora de Comunicação; Juliana Estrela Gomes, chefe; Neuza Castanha, coordenadora; Rita Polli Rebelo, coordenadora; Roseluanda Aquino, gerente; e Silvânia Gonçalves, gerente. Da parte da Secretaria de Trabalho, compareceu a servidora Patrícia Andrade da Silva. Na abertura da reunião, a suplente Sandra Di Croce Patricio justificou a ausência da titular Olgamir Amancia Ferreira, em virtude de compromissos anteriormente agendados; justificou o envio da terceira minuta pouco antes do início da reunião em virtude do volume de sugestões enviadas pelas integrantes. Mais uma vez, o baixo quórum inicial não permitiu a subdivisão em grupos e, as integrantes presentes, concordaram em fazer uma grande roda de conversa; o grupo concordou que, com a ausência inicial de representantes da Secretaria de Saúde e de Educação, não seria possível iniciar as discussões acerca dos capítulos envolvendo os temas. Em relação à contribuição feita pela Dhara sobre a edição final do texto do Plano, o grupo concordou que não precisa haver um capítulo específico para as mulheres em privação de liberdade; a organização será via protagonismo da ação. Na parte da introdução do plano, não houve discussão sobre a proposição feita pela Dhara (colocação das palavras emancipação e autonomia); todas concordaram em inserir o princípio da laicidade do Estado, a fim que não fosse incluído várias vezes ao longo do texto, pois o princípio não tira a liberdade do pluralismo religioso, a universalização dos direitos e protagonismo feminino; Sandra iria propor novas redações e discutir como o GT na reunião do dia 27. Em relação ao Capítulo I, o grupo decidiu pela não alteração da palavra "capacitação", tendo em vista que o termo está inserido em vários programas dos demais órgãos, bem como pelo fato de que seu conceito e o de "formação continuada" são distintos. As alterações nas redações nos itens I e II dos objetivos específicos foi amplamente aceita pelo GT; Sandra irá apresentar propostas de redações; em relação ao item V, foi proposto

a inclusão do termo "valorização", mas o grupo optou pela não alteração; Sandra justificou que a política do Estado adota a promoção da economia feminista e solidária, como prevê o item VI, por isso, detalhá-lo poderia deixar o item confuso, além de não ter como mensurar a logística, observação citada pelo Mateus; GT optou pela não alteração do item VI. Ana Liése não concordou com a inserção de um novo objetivo, apontado pela Rita, da Secretaria de Cultura, pois ele vai de encontro aos objetivos. Formou-se uma ampla discussão no GT acerca do termo valorização, inserido na meta B; a grande discussão foi que a palavra possui sentido subjetivo, impossibilitando uma mensuração dos indicadores; o GT chegou ao entendimento de que não é necessário manter a palavra "valorização"; Ana Liése sugeriu que a palavra fosse trocada por "ascensão", mas não houve definição; Siênia apontou que todo o plano busca a valorização da mulher, em todos os eixos, logo a palavra não precisa ser citada o tempo todo. Dhara irá realizar uma reunião com a Secretaria da Micro e Pequena Empresa para tratar da questão dos programas de incentivo ao empreendedorismo; em relação ao item F, tem-se que verificar a viabilidade da Secretaria de Educação em implantar o programa de ensino integral em todo o DF. Patrícia explicou que duas agências modelos serão criadas, em 2014, para, entre outros serviços, oferecer formação às pessoas no que se refere a comportamento em entrevistas e identificação do perfil mais adequado à vaga; Sandra sugeriu formar parcerias com outros órgãos; Dhara atentou para o fato de que o mercado de trabalho absorve poucas mulheres com nível superior e, por isso, sugeriu um programa da Setrab e SEM-DF de paridade de gênero nas empresas. Patrícia comentou que o item 1.18 contempla a questão das mulheres, mas lembrou que não são as de nível superior, pois as empresas e os empregados não buscam nas agências do trabalhador empregos para quem possui nível superior; Sandra sugeriu um estudo de viabilidade técnica, em parceria com a UnB, para verificar a demanda de trabalho para mulheres com curso superior; Mateus comentou que o Estado não pode garantir a inserção das mulheres no mercado de trabalho; GT decidiu que a ideia da Sandra contempla a questão. Thaís acrescentou que o capítulo deve ter como foco a valorização formal das mulheres; Patrícia colocou que é possível firmar novas parcerias para ampliar a qualificação, por meio de um levantamento prévio das mulheres que desejam qualificar-se, conforme apontou a Ana Paula. Sandra comentou que as indicações apontadas com a colaboração da Penitenciária foram feitas após reunião com representante indicado pela diretora Deuselita Martins; Carolina apontou que a Casa da Mulher Brasileira contempla a questão do estímulo ao empreendedorismo; Mateus ficou responsável em reformular a redação com a informação citada pela Carolina. Sandra disse que uma alternativa para resolver a questão das creches, seria estimular a criação destas em empresas privadas. No Capítulo II, Sandra explicou a reformulação do primeiro objetivo geral. Dhara acredita que existe uma redação formal para o objetivo específico I; ficou de avaliar e trazer para discussão no próximo encontro; GT optou pelo não detalhamento. Sandra considerou que é melhor verificar se o estímulo ao protagonismo feminino no espaço escolar é mesmo um objetivo; também mostrou que a recomendação do CEDF abrange o objetivo da sexualidade, por isso, o item deve ser considerado como meta e não objetivo; Ana Liése colocou que ainda há uma resistência religiosa quanto à questão da orientação sexual nas escolas, por isso, a pauta deve ser mantida na discussão do Plano; Dhara apontou que não há discussão, ainda, da transfobia nas escolas; Sandra sugeriu que a temática da sexualidade vire mesmo uma ação. Thaís sugeriu que a meta de formação das

educadoras/es sociais vire uma ação; Valesca considerou que deva ser mantida como meta. Dhara sugeriu as exclusões de dois itens: a construção de 14 tendas polos em cada CRE, bem como a implantação de atividades culturais e esportivas no recreio e o âmbito de convivência escolar, pois, segundo o GT, estas ações fogem do mote do I PDPM; Dhara acrescentou que o Programa de Saúde na Escola está em fase de expansão. Adriano considerou importante que haja uma publicização dos conteúdos curriculares sobre gravidez precoce e DSTs, como forma de verificar o que tem sido repassado aos alunos, obedecendo a metodologia e didática, assim, seria possível promover uma formação continuada dos professores, para que trabalhem os conteúdos corretamente em sala de aula; Sandra sugeriu que, então, fosse colocada uma ação de formação dos professores e que fosse acrescido um objetivo específico, tratando sobre a promoção da informação dos direitos sexuais e reprodutivos na educação formal e não-formal. Pausa para o lanche ás 16h06 e retorno às 16h30. Ainda sobre o capítulo II, Ana Liése considerou que, como boa parte das escolas não aderiram ao PSE, fosse incluída uma meta ou ação neste sentido; Valesca, por sua vez, apontou que a ação não condiz com a proposta do I PDPM, mas sim com a do Plano da Educação. Sandra deixou aberta a discussão para saúde, pois não era possível chegar a uma definição, dada a ausência de um representante – o Adriano teve que ausentar-se por conta de outro compromisso, mas deixou aberta a possibilidade de envio de novas ações para discussão; Rita expos que as questões seriam levadas para uma reunião posterior com o titular e a suplente da Secretaria de Saúde; Sandra ficou de informar, via correio eletrônico, o dia e horário da reunião. Capítulo IV – A alteração proposta pela Gisele sofrerá nova redação, por solicitação da Dhara; Sandra explicou que foge do foco abranger a palavra abuso, dada a sua dimensão; permanecer do jeito como está mantém o foco, além de a redação ficar igual ao Plano Nacional; GT optou pela exclusão da alteração. Sandra considerou, e teve aprovação do GT, que a sugestão apontada pela Dhara – demandas das mulheres em privação de liberdade – fosse incluída no bloco destinado à temática; Carolina sugeriu que fosse feito um mapeamento das demandas antes de incluí-la como objetivo ou meta. Em relação às unidades móveis de acolhimento, Elisabete considerou que apontar o número de atendimentos pode limitar a ação, por isso, considera que o número deva ser expresso em porcentagem. Sandra justificou a alteração do item G, feita após reunião com o representante da penitenciária. Sandra lembrou que as duas sugestões feitas pela Dhara, após o item H, estão contempladas em outro item mais adiante; Elisabete justificou a necessidade de um protocolo ou código de conduta porque, atualmente, não há um padrão e muitas provas são perdidas por falta de atenção; GT concordou com esta e com todas as metas sugeridas pela Secria. GT concorda com a capacitação dos servidores dos plantões das DPs; Elisabete explicou que, atualmente, é impossível a implantação do atendimento 24 horas nas SAMs, pois a estrutura das delegacias não permite. Dhara irá alterar a redação sugerida para o item 4.15, de modo que contemple a Secretaria de Segurança Pública; GT de acordo com a alteração proposta pela Elisabete. GT sugere que hajam ações permanentes contra a exploração sexual, além de campanhas. Sandra justificou a alteração do item 4.21. Silvânia Temóteo optou em verificar, com a gerente dos NAFAVDs, uma melhor redação para a alteração do item 4.25. A inclusão de uma ala de tratamento psiquiátrico faz-se necessária, pois houve um aumento de 80% em seis meses, segundo informações passadas pelo Mateus. Sandra sugeriu nova redação para o item sugerido pela SEDEST, que trata da qualificação dos agentes de atividades

penitenciárias; Mateus considerou que deve constar, no próximo PPA, a realização de um concurso para agentes de saúde específicos para a penitenciária. GT concorda que o item sobre o fortalecimento da rede de proteção social, sugerido pela Gisele da Secretaria de Educação, está fora do propósito da violência; Dhara iria propor uma nova redação, após discussão com a Gisele, do item sobre a promoção da vida saudável. GT irá reformular a redação do assédio sexual. Dhara considerou a exclusão do item da notificação escolar; Sandra avaliou que uma nova redação seria interessante, pois é preciso haver um mapeamento antes de propor uma ação intersetorial. Sandra colocou que a questão dos polos escolares está fora do eixo da violência; Dhara defendeu que é viável, só precisa de uma alteração no texto; Ana apontou que ele é semelhante ao já citado em outro capítulo, assim, deveria agregar ao anterior ou excluí-lo. Ana Paula avaliou que cabe ampliar as oficinas de gênero com os menores, para além das realizadas nos NAFAVDs, mas ficou de reformular a redação. Sandra considerou que a sugestão da Rita (Secult) é complexa e precisa de mais avaliações. GT de acordo com as últimas considerações. GT decidiu encerrar a discussão no capítulo IV e enviar as demais considerações para a conta eletrônica do GT, respeitando os prazos. Sandra informou que enviaria e-mail com os encaminhamentos. A seguir, às 17h42, a coordenação declarou encerrada a reunião e convocou os presentes para a próxima reunião, no dia 27 de fevereiro de 2014, bem como fez menção que todos os documentos relativos ao I PDPM estão disponíveis no sítio da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal. Eu, Carolina Ferreira Sales, lavrei a presente Ata, que assino com a Sra. Coordenadora Sandra Di Croce Patricio.

Carolina Ferreira Sales
Assessora da Secretaria de Estado da Mulher

Sandra Di Croce Patricio
Suplente da Secretaria de Estado da Mulher